

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA | | |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2026/18320 | 27652/2026 | Proposta à Câmara Municipal |
| Assunto do Processo | | |
| Proposta à Câmara Municipal - CPI05/26/DCP | | |
| Unidade Administrativa | | |
| DFGE - DCP [ENTRADAS] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Aquisição de serviços de nadadores salvadores

Enquadramento Legal:

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento, designadamente o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.

Fundamentação:

A presença de nadadores#salvadores constitui uma obrigação legal decorrente da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual conferida pela Lei n.º 61/2017, de 1 de agosto, sendo obrigatória em piscinas climatizadas, piscinas balneares e praias fluviais/águas balneares classificadas.

Atento o cumprimento desta exigência legal e visando garantir padrões elevados de segurança na utilização dos espaços de recreação aquática municipais, o Município de Braga pretende assegurar a continuidade da presença de nadadores#salvadores nas piscinas municipais, piscinas balneares e praias fluviais do concelho. Para o efeito, revela#se necessário promover um procedimento de concurso público para a contratação destes serviços, com uma vigência prevista de três anos (36 meses).

A atividade de nadador#salvador apresenta características específicas que influenciam o respetivo mercado de trabalho, designadamente:

- um desequilíbrio estrutural entre a procura e a oferta de profissionais habilitados;
- significativa variabilidade remuneratória;
- natureza frequentemente sazonal da atividade, dificultando a estabilidade de vínculos laborais e a retenção de profissionais.



Adicionalmente, o exercício da função depende da posse de cédula profissional válida, emitida pelo Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), com validade de três anos, cuja revalidação exige a aprovação em provas escritas e físicas. A não obtenção de aprovação inviabiliza a emissão /renovação da cédula e, conseqüentemente, a possibilidade de exercer funções de nadador#salvador.

Face ao exposto, torna-se imperativo assegurar a contratação de serviços especializados, garantindo o cumprimento da legislação aplicável e a proteção dos utilizadores dos equipamentos e espaços balneares municipais.

A despesa correspondente encontra-se cabalmente cabimentada através do cabimento sequencial n.º 101825

Tendo em conta o valor estimado da contratação e a natureza do fornecimento, considera-se adequado o recurso ao procedimento de Concurso Público, nos termos do artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

As peças procedimentais – Programa de Concurso e Caderno de Encargos – encontram-se elaboradas e são submetidas para aprovação.

Proposta:

Submeter à deliberação do Órgão Executivo:

1. A autorização para a despesa necessária à contratação das referidas apólices e da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. Da escolha do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP;
3. A aprovação das peças do procedimento (Programa de concurso e Caderno de Encargos), em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
4. Restantes propostas constantes do ponto 3.º da informação de abertura de procedimento
5. Determinar que se proceda à tramitação subsequente do procedimento, nos termos legais aplicáveis.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CPI/05/26/DCP

Aquisição de serviços de nadadores salvadores

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

| | |
|--|----|
| PARTE I – Cláusulas Gerais | 3 |
| 1ª. Objeto..... | 3 |
| 2ª. Contrato..... | 3 |
| 3ª. Prazo do contrato..... | 3 |
| Secção I – Obrigações da entidade adjudicante | 4 |
| 4ª. Obrigações da entidade..... | 4 |
| 5ª. Preço contratual | 4 |
| 6ª. Revisão de preços..... | 5 |
| 7ª. Modificação contratual | 5 |
| 8ª. Alterações ao contrato..... | 5 |
| 9ª. Condições de pagamento..... | 6 |
| Secção II – Obrigações do cocontratante | 7 |
| 10ª. Obrigações principais do cocontratante..... | 7 |
| 11ª. Trabalhadores afetos à execução do contrato | 9 |
| 12ª. Proteção de dados pessoais | 9 |
| 13ª. Responsabilidades | 10 |
| 14ª. Dever de sigilo..... | 10 |
| 15ª. Termos de desempenho ambientais | 11 |
| Secção III – Penalidades contratuais e força maior | 11 |
| 16ª. Penalidades contratuais | 11 |
| 17ª. Força maior..... | 12 |
| Secção IV – Resolução e subcontratação contratual..... | 13 |
| 18ª. Resolução por parte da entidade adjudicante..... | 13 |
| 19ª. Resolução por parte do cocontratante | 14 |
| 20ª. Subcontratação e cessão da posição contratual..... | 14 |
| 21ª. Foro competente..... | 14 |
| Secção V – Disposições Finais..... | 14 |
| 22ª. Consulta preliminar ao mercado..... | 14 |
| 23ª. Comunicações e notificações | 15 |
| 24ª. Gestor do Contrato | 15 |
| 25ª. Contagem dos prazos | 15 |
| 26ª. Legislação aplicável | 15 |
| Parte II – Cláusulas Especiais..... | 15 |
| 27ª. Especificações técnicas..... | 15 |
| Anexo B – (Modelo de) Declaração | 17 |

PARTE I – Cláusulas Gerais

1ª. Objeto

1. Procedimento **Concurso Público n.º CPI/05/26/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de nadadores salvadores.

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor por um período de **36 meses** ou até ser atingido, durante esse período, a prestação integral dos serviços ou o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:

- a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual, mas a sua execução só se inicia após o Visto do Tribunal de Contas, se aplicável
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

Secção I – Obrigações da entidade adjudicante

4ª. Obrigações da entidade

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5ª. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, corresponde ao somatório dos preços hora unitários multiplicados pelas quantidades, e não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base de **1.253.603,85€** (valor sem IVA).
3. O preço referido no número anterior está dividido em Lotes da seguinte forma:
 - a. Lote 1: 635.094,00€;
 - b. Lote 2: 618.509,85€
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios

humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
 - a. Pagamentos mensais, de acordo com as horas efetivamente prestadas

6ª. Revisão de preços

1. O preço contratual correspondente ao custo mensal de mão-de-obra afeta ao contrato, comprovadamente indexada à retribuição mensal mínima garantida resultante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável ao cocontratante, poderá ser, no decurso da execução contratual, objeto de revisão em função do aumento percentual do valor da remuneração dos profissionais das categorias que integram o quadro de pessoal afeto ao contrato, e que venha a ser aprovado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), com efeitos na data de entrada em vigor do referido instrumento.
2. A revisão mencionada no número anterior opera mediante aplicação da referida valorização percentual ao valor do custo mensal de mão-de-obra indicado na proposta do cocontratante e/ou suas eventuais revisões e sempre após aprovação expressa da Entidade Adjudicante, mediante solicitação escrita a realizar pelo cocontratante à entidade adjudicante, por correio registado com aviso de receção, até 30 dias após a publicação do referido Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho, no Boletim do Trabalho e do Emprego, devidamente instruída com a Nota justificativa da revisão de preço proposta.
3. Para efeitos de aplicação do disposto nos números anteriores, e sob pena de não poder prevalecer-se de tal circunstância, o cocontratante identificará sempre previamente o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que lhe é aplicável.

7ª. Modificação contratual

1. Os prazos previstos na cláusula 3ª – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do cocontratante devidamente fundamentado.

8ª. Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

9ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaelectronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
 - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa.**
3. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados mensalmente.
4. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. Mais se informa que “Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>.”

Secção II – Obrigações do cocontratante

10ª. Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
 - c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.
 - d. Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município de Braga, relativos à prestação do serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais.
 - e. Obrigação de assegurar a presença atempada dos nadadores salvadores nos locais e horários definidos nas especificações técnicas, devidamente equipados e aptos para iniciar de imediato as suas funções.
 - f. Dar conhecimento de todos os relatórios de ocorrência produzidos nos vários locais de vigilância, para endereço/contacto articulado entre as partes no momento da celebração do contrato.
 - g. O cocontratante deverá disponibilizar um portal (WEB responsive – PC/Smartphone/tablet) com funcionalidades implementadas por módulos, permitindo uma gestão 360º da operação de salvamento aquático, desde a contratação até à avaliação final do serviço.

- h. O portal mencionado na alínea anterior deverá ter uma rede de serviço, que consista em:
 - I. Mapa de serviço: lista de todos os postos ativos (Praias e/ou Piscinas).
 - II. Ficha de serviço: Detalhe completo de cada posto de serviço, incluindo a localização, tipologia, horários de funcionamento e equipas atribuídas.
 - III. Cronograma: Linha temporal visual para acompanhamento da duração dos contratos e serviços.
 - i. No portal deverá ser possível realizar Operações e Relatórios (Ocorrências), através da submissão digital, através de formulários específicos para diferentes contextos, com alerta e mails de aviso automático, tais como:
 - I. Praias fluviais (modelo ISN)
 - II. Piscinas interiores e exteriores (modelo ISN)
 - III. Prevenção ativa e anomalias técnicas
 - IV. Dados climatológicos e poluição
 - V. Relatório de época, com agregação de dados estatísticos para análise de desempenho e segurança ao longo da temporada.
 - j. No portal deverá ser possível visualizar e gerir as escalas dos nadadores salvadores, bem como ter o controlo de material de salvamento e malas de primeiros socorros e acesso rápido a contactos e diretrizes do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN).
 - k. O portal deverá ter um módulo para o Município avaliar o desempenho das equipas (pontualidade, vigilância, profissionalismo) e possuir uma dashboard para análise e feedback do desempenho individual dos nadadores salvadores.
2. O cocontratante obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
5. São igualmente da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

11ª. Trabalhadores afetos à execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o prestador de Serviços obriga-se a executar o contrato, com trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado ou sem termo ou nos termos no n.º 4 do art.º 419º - A por trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros, devendo para o efeito assinar a declaração constante no **Anexo B**, aquando dos documentos de habilitação.
2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

12ª. Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos nºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial mo Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

13ª. Responsabilidades

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

14ª. Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

15ª. Termos de desempenho ambientais

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais, no âmbito da sua atividade empresarial, por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.
3. Constitui igualmente obrigação do cocontratante a aplicação de medidas de gestão ambiental específicas, quando adequado, em conformidade com um sistema de certificação por terceiros, como os sistemas EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) ou a norma ISO 14001.

Secção III – Penalidades contratuais e força maior

16ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento da obrigação de assegurar a presença pontual dos nadadores salvadores nos locais e horários definidos nas especificações técnicas, devidamente equipados e aptos para iniciar de imediato as suas funções, resultando no encerramento de piscinas ou insegurança por parte dos banhistas em praias fluviais, 20% do valor hora apresentado, por cada hora de encerramento/ausência de vigilância;
 - b. A ausência de disponibilização da plataforma digital (“dashboard”) operacional nos termos exigidos no Caderno de Encargos constitui incumprimento contratual, sendo aplicada uma multa diária de €100 a €300 por cada dia de atraso até à sua plena implementação.
 - c. Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
 - d. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

17ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;

- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 - 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção IV – Resolução e subcontratação contratual

18ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
- 3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
- 4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do cocontratante:
 - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
 - b. Prestação de falsas declarações;
 - c. Estado de falência ou insolvência;
 - d. Cessaçao da atividade;

- e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

19ª. Resolução por parte do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

20ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

21ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Secção V – Disposições Finais

22ª. Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base da cláusula 5ª - Preço Contratual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os

documentos que constituem a proposta, comuns à consulta preliminar, forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

23ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, por meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

24ª. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

25ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

26ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

27ª. Especificações técnicas

Pretende-se com o presente procedimento a aquisição de serviços de nadadores salvadores de acordo com os seguintes lotes:

| Lotes | Local Vigilância | Nº Nadadores Salvadores | Horas/Semana Vigilância | Total Horas Semana | Período Abertura Semanas | Total Horas Ano |
|---------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|
| Lote 1 | Piscina Municipal Maximinos | 1 | 93 | 93 | 48 | 4464 |
| | Piscinas Interiores Rodovia | 1 | 88,5 | 88,5 | 48 | 4248 |
| | Piscina Municipal Tebosa | 1 | 58 | 58 | 48 | 2784 |
| | Espaço HidroSaúde | 1 | 70 | 70 | 48 | 3360 |

| Lote 2 | Piscina Municipal Ponte | 1 | 66,5 | 66,5 | 14 | 931 |
|---------------|-------------------------------|---|------|-------|----|------|
| | Piscina Exterior Rodovia | 2 | 66,5 | 133 | 14 | 1862 |
| | Piscina Municipal Parretas | 1 | 66,5 | 66,5 | 10 | 665 |
| | Praia Fluvial Adaúfe | 3 | 66,5 | 199,5 | 14 | 2793 |
| | Praia Fluvial Merelim S. Paio | 2 | 66,5 | 133 | 14 | 1862 |
| | Praia Fluvial Ponte Bico | 2 | 66,5 | 133 | 14 | 1862 |
| | Praia Fluvial Navarra | 2 | 66,5 | 133 | 14 | 1862 |
| | Praia Fluvial Cavadinho | 2 | 66,5 | 133 | 14 | 1862 |

- Segue em anexo os horários das piscinas;
- As praias fluviais serão vigiadas das 10:00 às 19:30

Obrigações acessórias para os 2 lotes

- Os Nadadores Salvadores deverão possuir formação em DAE – Desfibrilhação Automática Externa.
- Todos os Nadadores Salvadores deverão ter cédula válida emitida pelo ISN e equipamento individual próprio.
- Os Postos de praia e postos de piscina serão disponibilizados pelo Município de Braga.
- Além do processo de vigilância, o adjudicatário terá de reabastecer as malas de primeiros socorros de cada local de vigilância.

Anexo B – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a cláusula 11.^a deste Caderno de Encargos e em cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, informação dos respetivos trabalhadores e seus vínculos afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

..... (local), (data), [assinatura].